

O governo e o clamor das ruas

Rogério L. Furquim Werneck*

Perplexo, o País tenta entender a onda de manifestações que vem tomando as ruas nas últimas semanas. Há muitas perguntas cruciais sem resposta satisfatória. Como e por que tais manifestações puderam se alastrar por todo o País em tão pouco tempo? Que insatisfações, aparentemente difusas e generalizadas, de fato as inspiram? E por que esse movimento ganhou tanta força logo agora, neste exato momento? São perguntas que o próprio governo deve estar se fazendo.

Três das fontes de insatisfação que vêm sendo apontadas como inspiradoras dos protestos deveriam merecer cuidadosa reflexão em Brasília: a inflação, os reajustes de tarifas de transporte coletivo e os investimentos requeridos para que o País hospede a Copa e a Olimpíada.

A esta altura está mais do que claro que a presidente Dilma Rousseff mostrou complacência excessiva com a inflação. Basta notar que o Banco Central se dará ao luxo de atravessar todo o atual mandato presidencial com a inflação bem acima do centro da meta. Agora, colhendo o que plantou, o governo constata que uma inflação de 6,5% ao ano já começa a gerar tensões altamente desgastantes.

No vale-tudo em que se converteu a condução da política econômica nos últimos meses, o governo se permitiu tentar conter a inflação por meio de intervenções diretas em preços de maior relevância na composição do índice. No início do ano, desenterrando prática deplorável e oportunista, típica do período de alta inflação, o Planalto pressionou os prefeitos de São Paulo e do Rio para que adiassem o reajuste de tarifas de transporte coletivo por alguns meses.

Fascinado com os supostos benefícios imediatos dessa manipulação, o governo não parece ter dado a devida atenção aos custos do abandono da regra de reajustes de tarifas com periodicidade claramente definida. Quebrando a regra, sinalizou a possibilidade de que a magnitude e o momento do reajuste de tarifas de transporte coletivo passassem a ser objeto de negociação. Possibilidade a que se agarram, agora, os manifestantes de cada grande cidade do País.

Percebendo afinal as proporções do equívoco, o Planalto deve estar amaldiçoando o momento em que teve a infeliz ideia de abrir essa caixa de Pandora. Se não tivesse “conseguido adiar” os aumentos de tarifas de transporte coletivo em São Paulo e no Rio e os reajustes tivessem sido anunciados normalmente nas datas previstas, no início

do ano, é bem possível que os episódios que deflagraram a atual onda de protestos não tivessem ocorrido.

Mas a insatisfação com os serviços de transporte coletivo nas grandes áreas metropolitanas do País tem razões bem mais profundas. A ilusão de que boa parte da população urbana poderia continuar para sempre gastando mais de três horas por dia entre a casa e o trabalho, sem maiores protestos, não fazia sentido. Mais cedo ou mais tarde, a conta do vergonhoso descaso com as carências do País em transporte de massa estava fadada a aparecer. Mas o governo tem outras prioridades. Insiste em incentivar a demanda de automóveis e subsidiar gasolina. E, por razões ideológicas, prefere investir em áreas, como petróleo e energia elétrica, em que a maior parte do investimento poderia perfeitamente ser deixado a cargo do setor privado.

Merece também menção a previsível ressaca de parte da opinião pública com o oba-oba dos custosos investimentos necessários para que o País hospede a Copa e a Olimpíada. Quanto a isso, parece ter havido cálculo político equivocado em Brasília. “Pão e circo” é uma receita milenar e consagrada de populismo. Mas na Roma Antiga não havia nem Fifa nem Comitê Olímpico. E a entrada no Coliseu era grátis. Já aqui, o povão, visivelmente irritado, ficará de fora do dispendioso circo que está sendo montado. E o governo agora se deu conta de que o público pagante, em eventos transmitidos por televisão a 100 milhões de eleitores, será do tipo que váia presidente da República. A ideia não era bem essa. Mas agora é tarde.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.